

cultura: imagens e representações

# ESTUDOS DO SÉCULO

# XX

número 8 . 2008

# A Literatura de Propaganda Colonial no Portugal Contemporâneo Vintecentista

José Luís Lima Garcia

GARCIA, José Luís Lima – "A Literatura de Propaganda  
Colonial no Portugal Contemporâneo Vintecentista".  
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 305-315.

**José Luís Lima Garcia.** Professor-Coordenador de História e Cultura dos Média, na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico da Guarda. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Uma das melhores formas de despertar o interesse pelo património colonial foi sem dúvida a literatura. Sendo Portugal um país com uma história rica, não se compreendia que vivendo há séculos de aventuras marítimas e do contacto com outras civilizações pudesse continuar a deter até ao início do século XX, exceptuando-se a narrativa de viagens dos séculos XV e XVI, uma literatura tão pouco interessada nos enquadramentos paisagísticos e humanos tropicais. O desinteresse por um manancial de valores humanos tão ricos foi tal que nos poderia levar a supor que dum povo com uma formação antropológica tão complexa e diversa, com uma geografia física especialmente virada para o mar e com uma história particularmente rica no enfrentar de novas situações, tivesse havido um comportamento literário tão pouco produtivo face à riqueza e à imensidade das fontes de inspiração.

Foi no contexto desta carência literária que a Agência Geral das Colónias se decidiu pela utilização de mais esta estratégia de propaganda do Portugal Ultramarino, tomando a iniciativa de promover anualmente um Concurso de Literatura Colonial, suplantado jurídica e politicamente pelo Ministério das Colónias, de acordo com a Portaria n.º 4.565, publicada no *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 1926<sup>1</sup>. A referida Portaria fazia algumas considerações preambulares importantes sobre a filosofia política subjacente a esta iniciativa ministerial de divulgação da cultura imperial até então pouco reconhecida e considerada mesmo, no âmbito de pressupostos próximos de um exotismo paisagístico e humano, muito comum à perspectiva etnocêntrica das metrópoles colonizadoras. Assim, a implementação desta cultura imperial teria de passar pelo destaque a ser dado a uma educação literária assente na divulgação da língua e literatura portuguesas, valores que continuariam a testemunhar esta presença nesse espaço geográfico tão diverso de dominação. Entre outros argumentos, o legislador acentuava a necessidade de “intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colónias e da obra colonial portuguesa... considerando que este género de literatura está muito pouco desenvolvido entre nós, provavelmente por falta de estímulo e iniciativa”<sup>2</sup>.

Logo, este projecto não visava somente o incentivo da cultura colonial, mas também deveria servir de estímulo à leitura, tendo em conta que apesar da nossa literatura ter valores de projecção universal como Luís de Camões, o português não tinha sido por excelência um povo literário. Nesse sentido, o Ministério da Instrução, uma outra entidade estatal que apoiava este certame, propusera uma verba no seu orçamento destinada à aquisição de um número significativo de exemplares das obras premiadas que poderia alternar entre 500 e os 1.000 exemplares, a serem distribuídos pelos diferentes estabelecimentos de ensino público, da Metrópole e do Ultramar. Para apoiar a estrutura onerosa de uma realização como esta, contava também a Agência Geral das Colónias com a ajuda de outras instituições, nomeadamente com empresas e companhias coloniais que se prestavam a fazer doações pecuniárias que pudessem cobrir os valores financeiros inicialmente previstos para a atribuição dos prémios. E a adesão a este projecto foi significativa, pois cinco meses depois da

---

<sup>1</sup> Vide “Serviços da Agência Geral das Colónias – Concurso de Literatura Colonial.” In: *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Lisboa: Ano II, Janeiro de 1926, n.º 7, p. 169.

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*.

promulgação no *Diário do Governo* do regulamento deste certame literário já a Agência detinha os montantes financeiros necessários para assegurar os dois primeiros prémios, dos três inicialmente previstos pela Portaria do Ministério das Colónias<sup>3</sup>.

De entre os subscritores que contribuíram com um montante de 1.000\$00 vemos realçar o “Banco Nacional Ultramarino”, a “Companhia dos Diamantes de Angola”, a “Companhia do Petróleo de Angola”, a “Companhia do Príncipe” e a “Sociedade Agrícola Vale Flor”. Com um montante inferior de apenas 100\$00, sobressaíram duas companhias, a do “Caminho-de-Ferro de Benguela”, em Angola, e a do “Búzi”, em Moçambique, perfazendo o total dessas contribuições pecuniárias a quantia de 7.250\$00, quantia suficiente para garantir o valor dos dois prémios inicialmente estipulados, mas insuficiente para assegurar a atribuição de um terceiro prémio ou ainda de um prémio *ex – aequo*, situação muito comum de encontrar nestes certames de literatura. O júri deste primeiro concurso, presidido pelo dr. Artur Tamagnini Barbosa, em representação do Director Geral dos Serviços Centrais do Ministério das Colónias, votara para o 1.º prémio, no valor de 5.000\$00, a obra de Gastão de Sousa Dias, *África Portentosa*, tendo o 2.º, de 2.500\$00, sido atribuído à obra de Manuel Brito Camacho, *Pretos e Brancos*<sup>4</sup>. Após a distribuição dos prémios pecuniários tinha ficado um saldo positivo de 1.650\$00, valor que o júri deliberou endossar ao Agente Geral das Colónias para o empregar na divulgação do próximo evento literário<sup>5</sup>.

Dos premiados nestas primeiras seis edições em que o dr. Armando Cortesão foi responsável pela Agência Geral das Colónias<sup>6</sup>, deveremos destacar a figura de um dos autores mais reconhecidos neste certame, Julião Quintinha. Autodidacta, começara por ser operário na sua terra natal, Silves, e mais tarde fundara um semanário de grande circulação, o *Alma Algarvia*. E foi numa extenuante viagem profissional (durara mais de dois anos) às colónias portuguesas e inglesas da África Austral e Oriental, ao serviço do *Jornal da Europa*, que tivera oportunidade de publicar reportagens dos aspectos que tinha visto em S. Tomé, Angola, Moçambique, Egipto e União – Sul – Africana, e encontrar a inspiração para, num tão curto espaço de tempo, conseguir arrecadar três prémios, em diferenciados concursos de literatura organizados pela Agência Geral das Colónias. Aliás, o dr. Armando Cortesão, num artigo que escrevera para o *Boletim*, a propósito deste “Quinto Concurso”, prestava-lhe homenagem por este feito, salientando que “Julião Quintinha, um dos maiores valores do jornalismo e da literatura colonial portuguesa, veio pela terceira vez ao Concurso de Literatura

---

<sup>3</sup> Os prémios previstos, pelo artigo 4º, da Portaria 4: 565, deveriam ser respectivamente de 5.000\$00 e 2.500\$00 para os dois primeiros classificados, podendo no entanto o júri vir a aumentar o valor pecuniário dos mesmos, ou em alternativa criar ainda um terceiro prémio. Idem. In: *Ibidem*, p. 170.

<sup>4</sup> Vide “Serviços da Agência Geral das Colónias – Primeiro Concurso de Literatura Colonial “*Boletim* n.º 14, Agosto de 1926, p. 157-158.

<sup>5</sup> Acta elaborada no dia 29 de Julho de 1926 e que recomendava ao Ministério da Instrução a distribuição pelas escolas dos livros premiados de Sousa Dias e Brito Camacho. Quanto ao saldo de 1.650\$00 seria empregue em prol de uma maior divulgação deste evento colonial. Vide “Acta”. In: *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Agosto de 1926, n.º 14, p. 157.

<sup>6</sup> Entre 1926 e 1932, período em que o dr. Armando Cortesão esteve á frente da Agência Geral das Colónias, foram cinquenta e cinco os trabalhos submetidos a este certame literário, e distribuídos prémios no montante de mais de 50.000\$00. Vide “Concurso de Literatura Colonial”. In: *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Novembro de 1931, n.º 77, de Novembro de 1931, p. 148 -149, especialmente p. 148.

Colonial. No terceiro Concurso, em 1928, conquistou o terceiro prémio com a sua *África Misteriosa*; no quarto, em 1929, obteve o segundo prémio *ex-aequo* com Augusto Casimiro, com o seu *Oiro Africano* que constituía a segunda parte da *África Misteriosa*; agora, alcançou triunfalmente o primeiro prémio com o seu admirável livro *A Derrocada do Império Vátua*. Não será isto a sua definitiva consagração como escritor colonial?”<sup>7</sup>

Com a segunda fase deste Concurso de Literatura, a partir de 1932, em pleno emergir do Estado Novo, a estratégia política era outra e como prova desse facto estava a perda da autonomia financeira da Agência a favor do Ministério das Colónias, agora tutelado por um ministro da confiança política do dr. Oliveira Salazar, o dr. Armindo Monteiro. A grande alteração no regulamento desta segunda fase foi a criação de três categorias de prémios, de acordo com os géneros que se pretendiam realçar e promover. Assim, as modalidades a concurso passaram a ser as seguintes: 1.<sup>a</sup> categoria: inseridos no campo do conto, ficção, narrativa, novela, relato de aventuras, romance; 2.<sup>a</sup> categoria: obras sobre biografias, etnografia, história e viagens; 3.<sup>a</sup> categoria: todo o tipo de obras que se integrassem na “literatura científica”.

Nesta segunda fase de vida da Agência Geral das Colónias, entre 1932 e 1951, conhecida também pela fase “do Império”, a figura que viria a surgir como das mais premiadas no concurso literário da Agência era a de um militar que, trinta anos mais tarde, viria a protagonizar algumas das acções mais rocambolescas da oposição contra o regime que havia servido convictamente, desde os primeiros momentos da sua formação. Estamos a referir-nos à figura controversa de Henrique Galvão que agora, nesta fase, se sobrepunha à influência que neste certame Julião Quintinha havia tido anteriormente, com a conquista de três prémios. A ligação do militar ao Concurso da Agência Geral das Colónias remontava ao ano de 1929, aquando da realização da quarta edição deste evento, tendo na altura apresentado à consideração do júri um livro de crónicas, a que simbolicamente pusera o título de *Em Terra de Pretos*, e que resultara de uma série de impressões que recolhera entre os anos de 1927 e 1929, durante a estadia em Angola, possessão para onde fora deportado depois da conspiração que, conjuntamente com Fidelino de Figueiredo e Filomeno da Câmara, o chamado grupo dos “fifis”, intentara contra o general Óscar Carmona, em Agosto de 1927. A estreia de Galvão neste acontecimento literário não foi a mais auspiciosa, não só porque o primeiro prémio desta quarta edição não foi atribuído, como ainda a sua obra *Terra de Pretos* foi excluída, conjuntamente com mais outras três<sup>8</sup>.

Mau grado as críticas e a desclassificação que a sua obra sofrera no IV Concurso de 1929, Henrique Galvão voltara a concorrer dois anos depois, no VI Concurso de 1931, com a obra *O Velo d'Oiro*. Neste novo enredo, passado também em Angola, Galvão socorria-se de uma estória sobre a colonização em África e sobre os

---

<sup>7</sup> Vide “Quinto Concurso de Literatura Colonial”. In: *Boletim da Agência.....*, Ano VII, Abril de 1931, n.º 70, p. 161-167, especialmente p. 162.

<sup>8</sup> Juntamente com a obra de Henrique Galvão foram ainda excluídas neste IV Concurso de Literatura Colonial as seguintes obras: *Amor no Degredo e Dedicção*, de Sousa Nunes; *Os Aventureiros da Selva*, de J. Amaral Júnior e J. Fidalgo dos Santos; *Episódios da Zambézia*, de Francisco Gavicho de Lacerda. Vide “Acta da reunião do Júri”. In: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, Janeiro de 1930, n.º 55, p. 163-165, especialmente p. 163.

preconceitos que perpassavam pela mente de muitos portugueses, sobre esse lugar mítico da geografia expansionista lusa. Segundo o narrador, essas duas ideias feitas sobre África até ao início do Estado Novo tinham a ver, por um lado, com doenças e degredadas, por outro, com a procura de tesouros e “velos d’oiro”, quando a verdadeira riqueza estaria na fertilidade da terra que propiciaria uma agricultura mais avançada e, com isso, a instalação de mais colonos europeus nesses territórios. Este paradigma, menos derrotista sobre a colonização branca em África, levaria o júri do Concurso de 1931 a premiar *ex-aequo* a obra *O Velo d’ Oiro* do tenente Galvão, conjuntamente com *O Caminho do Oriente e Poetas e Prosadores*, respectivamente da autoria de Jaime do Inso e José Ferreira Martins<sup>9</sup>.

Apesar de premiado, Galvão recusou o prémio invocando uma cláusula consignada no diploma que legitimava o novo regulamento que viria a ser promulgado um mês depois da divulgação dos resultados, em 14 de Março de 1932, e que no parágrafo único do artigo 52.º dava a possibilidade de excepcionalmente, no certame a realizar em 1933 (o VII Concurso), aos concorrentes que não tivessem obtido qualquer prémio, ou àqueles que, embora tivessem obtido um prémio, em tempo oportuno tivessem declarado não aceitar a decisão do júri, a possibilidade de voltar a concorrer com a mesma obra no ano imediato. E fazendo jus ao aforismo de que “não há duas sem três”, em 1933, no VII Concurso, por sinal o primeiro com um regulamento já aprovado pelas autoridades do Estado Novo, depois de em 1932 não se ter realizado qualquer evento, o tenente Henrique Galvão acabaria por arrebatar o primeiro prémio, na primeira categoria, com a referida obra sobre a colonização portuguesa no sul de Angola<sup>10</sup>.

No VIII Concurso realizado em 1934, este militar voltaria a concorrer aos prémios da 1.ª e 2.ª categorias da Agência Geral das Colónias com mais duas obras, respectivamente *Da Vida e da Morte dos Bichos e Terras do Feitiço*<sup>11</sup>. Mais uma vez Galvão receberia um prémio, desta vez não o primeiro, da 1.ª categoria, que foi atribuído por maioria à obra *Audá* de Fausto Duarte, mas o 2.º prémio, com o livro *Terras do Feitiço*<sup>12</sup>. Depois de dois anos seguidos a ser premiado, houve um intervalo entre 1935 e 1936 em que o 1.º prémio, da 1.ª categoria, foi para outros autores, neste caso para Guilhermina de Azevedo e João Augusto Silva, respectivamente com as obras *Feitiços e África: Da Vida e do Amor na Selva*<sup>13</sup>. Mas no ano de 1937, aquando da realização da XI edição deste certame, Henrique Galvão voltaria novamente a concorrer com uma obra que simbolicamente intitulou *Sol dos Trópicos*. Perante um júri presidido pelo doutor Hernâni Cidade, foi decidido nesta edição não conceder o 1.º prémio, mas foi consensual que o 2.º fosse para

---

<sup>9</sup> Vide “VI Concurso de Literatura Colonial”. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Agosto/Setembro de 1932, n.ºs 86/87, p. 140-142.

<sup>10</sup> Vide “VII Concurso de Literatura Colonial-Actas das reuniões dos júris”. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Agosto/Setembro de 1933, n.ºs 98/99, p. 97-101.

<sup>11</sup> Vide “VIII Concurso de Literatura Colonial”. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Maio de 1934, n.º 107, p. 270.

<sup>12</sup> Vide “Concurso de Literatura Colonial”. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Dezembro de 1934, n.º 114, p. 186-188.

<sup>13</sup> Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968”. In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.º 525, Março de 1969, p. 33-46, especialmente p. 35-36.

este livro do aureolado militar-escritor<sup>14</sup>. Entretanto, após o início da Segunda Guerra Mundial, apenas em 1942 se atribuiria o 1.º prémio, da 1.ª categoria, à obra de Castro Soromenho, *Homens sem Caminho*, só voltando a ser conferido este prémio em 1944 à obra *Na Pista do Marfim e da Morte*, de Ferreira da Costa. Depois, entre 1945 e 1951, os prémios iriam para *Terra Conquistada*, de Correia de Matos, em 1945; *Sangue Cuanhama*, de António Pires, em 1948; *Julgareis Qual É Mais Excelente*, de Gastão de Sousa Dias, em 1949; e *Alvorada de Agosto*, de Luís Teixeira, em 1950<sup>15</sup>.

Mas o concurso da Agência Geral das Colónias não se destinava só a premiar criações de narrativa ficcional, e nas 2.ª e 3.ª categorias a instituição pretendia ainda, com a mesma idiossincrasia sobre colonização e povoamento luso nos trópicos, distinguir trabalhos ligados à história e etnografia (2.ª categoria) e ainda à literatura científica (3.ª categoria). Assim, nesta 2.ª categoria, este certame literário premiaria, desde a reestruturação de 1932, entre 1933 e 1951, um conjunto de obras na área das Ciências Sociais de alguns autores já premiados na 1.ª, como foi o caso de Henrique Galvão, Gastão de Sousa Dias, Ferreira Martins. As obras entretanto distinguidas pelo júri tinham a ver com realidades coloniais diferenciadas, podendo-se encontrar temáticas históricas que iam desde aspectos generalistas como a história colonial, as biografias de descobridores, missionários e vice-reis, até temáticas específicas que abordavam a história de cada uma das colónias do Império português. No que dizia respeito a trabalhos de investigação etnográfica, a temática também era ampla e diversa, contemplando os usos e costumes mais variados de cada uma das principais possessões lusas, destacando-se pela sua originalidade aspectos associados a viagens sertanejas, a sociedades secretas indígenas, a aventuras cinegéticas, à mulher oriental. Na modalidade da literatura científica (3.ª categoria), nesse intervalo de tempo entre as décadas de trinta e cinquenta, do século XX, a Agência das Colónias apenas distinguiu cinco títulos relacionados com aspectos geográficos, linguísticos e medicinais: *Angola Intangível*, de Alberto de Almeida Teixeira (1.º prémio) e *Gramática de Quimbundo*, de José Quintão (2.º prémio), no IX Concurso de 1935; *Gramática de Língua Chope* (1.º prémio), de Luís Feliciano dos Santos, no XVI Concurso, de 1942; do mesmo Feliciano dos Santos, *Dicionário Português-Chope e Chope-Português* (1.º prémio), no XXIV Concurso, de 1950; era premiada uma obra sobre a Guiné, com o título<sup>16</sup> *Estudos sobre o Tifo na Guiné Portuguesa* de João Leal da Silva Tendeiro, na edição XXV, de 1951. De realçar, que entre os anos de 1952 e de 1953 não se realizaram os concursos de literatura da Agência Geral do Ultramar, facto este que adivinhava, entre outras causas, uma crise na produção de obras sobre temática tropical e aspectos inadequados na regulamentação deste Concurso.

E, afinal, quais foram os aspectos que a Portaria N.º 14.691, de 4 de Janeiro de 1954, reformulara e que vieram dar nova “elasticidade” ao regulamento que havia

---

<sup>14</sup> Vide “XI Concurso de Literatura Colonial – actas das reuniões do júri da 1.º e 2.ª categorias”. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Maio de 1938, n.º 151, p. 94-98, especialmente p. 96.

<sup>15</sup> Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968”. In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.º 525, Março de 1969, p. 36-41.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*, p. 35-41.



vigorado durante duas décadas? No preâmbulo do documento legislativo transcrito pelo *Boletim Geral do Ultramar* N.º 343, 1 de Janeiro de 1954<sup>17</sup>, o legislador explicava o historial do certame desde a última reorganização encetada pelo ministro Armindo Monteiro em 1932, e até às modificações posteriormente introduzidas a nível da designação dos prémios, das áreas a concurso, do nome dos patronos, do montante a desembolsar, e das possibilidades de edição das obras premiadas. Assim, criavam-se quatro novos prémios que recebiam os nomes de figuras da literatura portuguesa que ao Ultramar consagraram a maior parte da sua obra: «Camilo Pessanha», para a poesia; «Frei João dos Santos», para o ensaio (sociológico, etnográfico ou de temas relacionados com o conhecimento do homem); «Fernão Mendes Pinto», para a novelística (romance, conto ou novela); e «João de Barros», para a história.

O primeiro certame após estes “novos preceitos reguladores dos concursos literários da Agência Geral do Ultramar”, o XXVI, realizara-se ainda em 1954. Perante um júri presidido pelo dr. Braga Paixão atribuíra os prémios «Camilo Pessanha», e «João de Barros» aos livros *Portugal Atlântico – Poemas de África e do Mar*, e *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique – 1753-1763*, respectivamente da autoria de Augusto Casimiro e de Alexandre Lobato<sup>18</sup>. Entretanto até 1969, altura em que o Concurso foi outra vez reformulado, os certames realizaram-se anualmente e foram premiando alternadamente cada um das quatro modalidades. No prémio «Camilo Pessanha», neste período de tempo, foram distinguidos autores como Amândio César, Geraldo Bessa Victor, Glória de Sant’ Ana, Jorge Barbosa, Mário António, Nuno Miranda, Ruy Cinatti. De salientar que Nuno Miranda venceria por duas vezes este prémio, primeiro em 1960, com a obra *Cais de Ver Partir*, e três anos depois, em 1963, com o *Cancioneiro da Ilha*.

Quanto ao prémio «Frei João dos Santos», também foi uma das fórmulas que a instituição de propaganda do Ministério do Ultramar arranjou para distinguir todos aqueles autores metropolitanos e ultramarinos, que se devotaram ao estudo de assuntos sociológicos e etnográficos que realçassem o homem dos trópicos. Mas, para além destes aspectos etnográficos, o júri deste certame da Agência Geral do Ultramar ainda distinguiu, nesta modalidade, obras de carácter sociológico ligadas ao sindicalismo, à religião e à literatura. Assim, este prémio fizera despontar um conjunto de novos etnólogos e antropólogos especializados em problemáticas sobre as principais possessões africanas como Eduardo dos Santos, José Redinha e Morais Martins para Angola; António Carreira e Augusto Silva para a Guiné; e Luís Polonah para Moçambique. Também foram reconhecidas com este mesmo prémio, personalidades de mérito na Sociologia e noutras Ciências Sociais como Amândio César, Luís Silveira, Maria Benedita Araújo e Mário Murteira. Nas quinze edições entretanto realizadas, verificámos que apenas nos anos de 1954, 1955, 1961 e 1963 o prémio não foi concedido.

Relativamente ao prémio «Fernão Mendes Pinto», entre 1954 e 1968 foram também reconhecidos muitos trabalhos em prosa sobre a temática ultramarina, com-

---

<sup>17</sup> Vide “Concurso de Literatura Ultramarina – Portaria N.º 14.691”. In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, Janeiro de 1954, n.º 343, p. 111-117, especialmente p. 113-117.

<sup>18</sup> Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968”. In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, p. 41.

provando-se que quase todos os anos houve obras a concurso com qualidade, e que as únicas excepções em que o júri não vislumbrou nenhum título merecedor do prémio foi nos anos de 1954, 1958, 1961, 1962 e 1964. Comprovámos ainda que nesta plêiade de prosadores premiados se encontravam muitos dos escritores da segunda metade do século XX que Amândio César, também um dos premiados, reenseou para o livro os *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*<sup>19</sup>, tais como Ferreira da Costa, Guilhermina de Azevedo, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Orlando de Albuquerque, Reis Ventura e Rodrigues Júnior. Também nesta modalidade houve um autor, Manuel Lopes, duas vezes distinguido nas edições de 1956 e 1959, respectivamente com as obras *Chuva Braba* e *Galo Cantou na Baía*. Ganhou ainda com o seu romance *Flagelados do Vento Leste*, de 1959, o “Prémio Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde”, em 1968<sup>20</sup>.

No que dizia respeito ao «Prémio João de Barros», no período compreendido entre 1954 e 1968, estipulava o concurso literário da Agência Geral do Ultramar um galardão no valor de 15.000\$00, o quantitativo mais elevado destes prémios, pois as outras três modalidades apenas eram contempladas com montantes no valor de 10.000\$00. Nas quinze edições entretanto realizadas, a Agência apenas concedeu galardões oito vezes, nos anos de 1954, 1957, 1960, 1961, 1963, 1964, 1965, 1968. O facto deste prémio de investigação sobre o passado do património colonial português apenas ter sido concedido em oito edições, confirmava a ausência de estudiosos que se dedicassem a investigar a presença lusíada nessas paragens. Comprovava também que o maior índice de prémios foi concedido na década de sessenta, do século passado, a um conjunto de historiadores como Alexandre Lobato, Avelino Teixeira da Mota, Jofre do Amaral Nogueira, José Machado Lourenço, Luís Ferrand de Almeida, com obras ligadas à história dos territórios de Angola, Brasil e Moçambique, havendo até uma obra do padre Machado Lourenço que estudara um “mártir” do Japão, o beato João Baptista Machado de Távora<sup>21</sup>. Alguns deles, como é o caso do doutor Hermano Saraiva, ganhara também em 1963 este prémio, com a obra *Formação do Espaço Português*<sup>22</sup>.

Entretanto, pela Portaria n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969, assinada pelo ministro Silva Cunha, o Concurso de Literatura Ultramarina foi novamente alterado, pelos motivos que o preâmbulo do referido documento enunciava e que tinham a ver com algumas modificações à Portaria n.º 14.691, que vinha já desde 4 de Janeiro de 1954. É uma das actualizações dizia respeito à criação de um prémio que distinguisse a melhor reportagem, a apresentar sobre terras ultramarinas e que pudesse homenagear a mítica personagem do autor da “carta” que da descoberta do Brasil, Pêro Vaz de Caminha. De acordo com as considerações apresentadas no preâmbulo desta Portaria,

---

<sup>19</sup> César, Amândio – *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural, 1971, 529 p.

<sup>20</sup> Vide “O XXVIII Concurso de Literatura Ultramarina”. In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, Fevereiro de 1957, n.º 380, p. 263-266, especialmente p. 265.

<sup>21</sup> “Concursos de Literatura...Prémio João de Barros – 15.000\$00 – «O Beato João Baptista Machado de Távora, Mártir do Japão – padre José Machado Lourenço”, *Ibidem*, *Boletim* n.º 525, Março de 1969, p. 45.

<sup>22</sup> Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968”, *Ibidem*, p. 41-46.

as razões que levaram o ministro do Ultramar a propor este prémio relacionavam-se com o facto de Vaz de Caminha na sua missiva nos dar “o exemplo de um flagrante relato como testemunha directa de um grande acontecimento da nossa história ultramarina”<sup>23</sup>.

A partir de 1969, já com o prémio de “Reportagem” regulamentado como 5.<sup>a</sup> modalidade, a Agência Geral do Ultramar entrava no último quinquénio da atribuição destas distinções às principais obras produzidas em Portugal sobre os territórios de Além-Mar. Na 1.<sup>a</sup> modalidade, “Poesia”, foram distinguidas com o prémio «Camilo Pessanha», entre outras, obras como *Saudade Macua*, de Jorge Ferreira, em 1969; *Uma Sequência Timorense*, de Ruy Cinatti, em 1971; *Guitarra em Madeira de Asa*, de António Navarro, em 1974; na 2.<sup>a</sup> modalidade, “Ensaio”, foram distinguidas com o prémio «Frei João dos Santos», obras como *Povo Flogá*, de Fernando Reis, em 1969; *Religiões de Angola*, de Eduardo dos Santos, em 1970; *No Mundo dos Cabindas* (2 volumes), do padre José Vaz, em 1971; na 3.<sup>a</sup> modalidade, “Novelística”, foram distinguidas com o prémio «Fernão Mendes Pinto», obras como *Crepúsculo na Alvorada*, de Maurício Soares, em 1970; *Eu, Caçador, e Tu, Impala*, de Nuno Bermudes, em 1971; na 4.<sup>a</sup> modalidade, “História”, foram reconhecidas com o prémio «João de Barros», as obras de António Carreira *Panaria Cabo-Verdiana e Guineense*, em 1969; *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, em 1970; *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, em 1971; *Os Capitães – Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estudo da sua Actuação*, de Carlos Couto, em 1972; na 5.<sup>a</sup> modalidade, “Reportagem”, foram honradas com o prémio «Pêro Vaz de Caminha», obras como *Moçambique, – Noite, Guerra e Paz*, de Guilherme Melo, em 1969; *O Terrorismo não Impediu a Dinamização da Economia*, de João Alma das Neves, em 1971; *Hora de Esperança*, de A. Rego Cabral, de 1974. Em 1970 este prémio de reportagem não recebeu concorrentes<sup>24</sup>.

De salientar também que a Agência Geral do Ultramar instituíra em 1960, no ano das comemorações oficiais do Infante Dom Henrique, um outro prémio importante que servia para galardoar trabalhos que realçassem o sentido imperial da história portuguesa. Assim, a Portaria n.º 17.676, de 15 de Abril de 1960<sup>25</sup>, assinada pelo ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves, formalizava esta distinção sobre uma obra que representasse o Portugal “uno” e “grande” tal como o concebera D. João II. O paradigma deste monarca foi escolhido pelo regime do Estado Novo para ser o patrono de um prémio que, ao mesmo tempo, homenageava essa figura tutelar da história expansionista, mas também congregava o espírito ultramarino dos anteriores

---

<sup>23</sup> Vide “Portaria n.º 24.013 de 3 de Abril de 1969”. In: *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, 1969, p. 13-19, especialmente p. 15. Também, “Artes e Letras: Novo Regulamento do Concurso de Literatura Ultramarina”. In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Abril de 1969, n.º 526, p. 133-134.

<sup>24</sup> Vide “Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar”. In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI, Janeiro/Junho de 1970, n.º 535, p. 161-162.

<sup>25</sup> Vide “Prémio «D. João II»”. In: *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, Lda., 1969, p. 7-12. Ainda, *Prémios Literários da Agência Geral do Ultramar*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, Lda, 1969, p. 7-12.

cinco prémios para cada uma das modalidades representadas. Nas considerações à Portaria ministerial, ficava bem explícita a oportunidade de realçar a memória imperial lusíada, através do aproveitamento da comemoração em 1960 do comentário do mentor dessa saga única, o Infante D. Henrique. Aproveitava-se ainda a data das comemorações para distinguir o executor dessa política expansionista, numa altura em que a unidade pluriprovincial do Estado Novo claudicava, face às determinações anticolonialistas da O.N.U. e ao nascimento dos primeiros movimentos emancipalistas, nas principais colónias de África. Logo, este prémio com o nome de “D. João II” surgia para reforçar junto da opinião pública esse elo entre os interesses metropolitanos e ultramarinos, e para, a uma só voz, realçar o direito histórico que Portugal considerava ter relativamente aos territórios que o monarca quatrocentista havia planeado descobrir e conquistar. Apesar da importância do prémio, criado a catorze anos do 25 de Abril de 1974, o mesmo não galardoou muitas obras, nem teve a periodicidade para o qual apontava a Portaria inicial, e assim nesse intervalo de tempo apenas tivemos conhecimento da atribuição do mesmo em 1965, por sinal *ex-aequo*, tal como previa aliás o regulamento do mesmo, a duas obras cuja temática tinha a ver com Angola (*Angola Meio Século de Integração*) e com o Brasil (*O Rio de Janeiro no Século XVI*), respectivamente da autoria de dois universitários, João Pereira Neto e Joaquim Veríssimo Serrão, personalidades com uma vasta actividade científica e académica, muitos anos depois da queda do regime que os havia honrado com estas definições<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968 – Ano de 1965”. In: *Boletim Geral das...*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, p. 44-45.